

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.263.472 - AL
(2011/0152079-3)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : EURO COMBUSTÍVEIS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : ROSEMARY LOTURCO TASOKO E OUTRO(S) - SP223194

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão da Primeira Turma assim ementado:

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. PIS E COFINS. SISTEMA MONOFÁSICO. APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS. POSSIBILIDADE. LEI N. 11.033/04. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO FISCAL ÀS EMPRESAS NÃO VINCULADAS A ESSE REGIME. CABIMENTO.

1. A Primeira Turma desta Corte, no julgamento do AgRg no REsp 1.051.634/CE, passou a adotar o entendimento da possibilidade de creditamento do PIS e da COFINS no regime monofásico, porquanto "*O fato de os demais elos da cadeia produtiva estarem desobrigados do recolhimento, à exceção do produtor ou importador responsáveis pelo recolhimento do tributo a uma alíquota maior, não é óbice para que os contribuintes mantenham os créditos de todas as aquisições por eles efetuadas*".

2. Agravo interno a que se nega provimento.

A embargante afirma existir dissídio com o entendimento da Segunda Turma. Cita o precedente no AgInt no REsp 1.434.134/RS.

Foi apresentada impugnação.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 12 de junho de 2019.

Em exame mais aprofundado, verifico que o presente recurso não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

A questão controvertida se relaciona com o direito ao creditamento do PIS e da COFINS, mediante escrituração, calculado em relação aos bens adquiridos para revenda, no regime monofásico. A demanda original – Mandado de Segurança – foi ajuizada pelo Sindicato Intermunicipal dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado do Rio Grande do Sul.

No acórdão embargado, entendeu-se possível o creditamento do PIS e da COFINS em relação às receitas provenientes de venda e revenda, sujeitas ao pagamento em regime de tributação monofásica.

A Segunda Turma continua a entender pela incompatibilidade do creditamento do PIS e da COFINS na tributação monofásica com o regime de incidência não cumulativo, prevalecendo a lei especial (arts. 2º, § 1º e incisos; e 3º, I, "b", da Lei 10.637/2002 e Lei 10.833/2003).

Tal linha de análise, entretanto, não consta no acórdão embargado, o que inviabiliza eventual demonstração de similitude jurídica entre os arestos.

Com efeito, o voto condutor do acórdão hostilizado, em sua fundamentação, limita-se a registrar **genericamente**, que "O fato de os demais elos da cadeia produtiva estarem desobrigados do recolhimento, à exceção do produtor ou importador responsáveis pelo recolhimento do tributo a uma alíquota maior, não é óbice para que os contribuintes mantenham os créditos de todas as aquisições por eles efetuadas" (fl. 297, e-STJ). Inexistiu especificação do regime de tributação em que se insere a ausência de recolhimento (isto é, se tal circunstância se dá no contexto da isenção ou da alíquota zero, etc.), circunstância que descaracteriza a efetiva demonstração de que as soluções ditas colidentes tenham se amparado em semelhantes premissas fática e jurídica.

Diante do exposto, **inadmito os Embargos de Divergência**.

Com base no art. 85, § 11, do CPC, majoro em 10% os honorários advocatícios, percentual este a incidir sobre o montante até então estabelecido.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator